

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.086 - MG (2019/0047076-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874
RAFAEL SGANZERLA DURAND - MG131512
VITOR AGUIAR DINIZ OLIVEIRA E OUTRO(S) -
MG174744
AGRAVADO : MARIA DA PENHA LIMA SANTOS
ADVOGADO : RAPHAEL DUTRA RESENDE - MG101620

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - RECURSO ANTERIOR - EXISTÊNCIA - COISA JULGADA - OCORRÊNCIA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - HIPÓTESES - VERIFICAÇÃO.

1- Não é possível reanalisar matéria previamente julgada, sob pena de ofensa à coisa julgada. 2- Os artigos 80 e 81 do Código de Processo Civil de 2015 classificam como litigante de má-fé aquele que, dentre outros casos:

opuser resistência injustificada ao andamento do processo(IV), interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório (VII), e preveem multa não inferior a 1% do valor corrigido da causa ao infrator desde que esteja demonstrado que a parte incorreu em uma das citadas condutas.

Nas razões do recurso especial, o recorrente, além de divergência

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial, alega violação dos arts. 17, 485, VI, 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil, bem como ao § 2º do artigo 1º da Lei 6.899/81 e aos artigos 95, 97 e 98 da Lei 8078/90. Alega, em síntese, que a multa aplicada se mostra desnecessária; requer, ainda, a manutenção da suspensão do processo e, por fim, levanta a questão sobre a legitimidade ativa dos poupadores não associados ao IDEC.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial por não ser possível o reexame de prova, ante o óbice da Súmula 7 do STJ, também porque a parte deixou de atacar os termos da decisão, incidindo o óbice da Súmula 284 do STF e ainda ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, verifica-se que o agravante não impugnou, o fundamento referente ao óbice da Súmula 7 do STJ, não havendo qualquer impugnação suficiente e satisfatória referente a tal fundamento, limitando-se a reiterar as razões de interposição do recurso especial e discorrer alegações genéricas, que nada possuem consonância com os óbices aplicados para sua inadmissão.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE

Superior Tribunal de Justiça

NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Por fim, cumpre esclarecer que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator